



RELATÓRIO SOBRE O
SEMINÁRIO
Juventude e Desenvolvimento

San Salvador, 1 e 2 de Abril de 2008





1. INTRODUÇÃO	5
2. RESUMO	7
<i>Principais propostas</i>	8
3. SITUAÇÃO DA JUVENTUDE NA IBERO-AMÉRICA.	
PRINCIPAIS DESAFIOS	10
<i>Direitos e oportunidades</i>	11
<i>Educação e saúde</i>	12
<i>Valores e participação</i>	12
<i>Jovens em risco</i>	13
<i>Instituições e políticas públicas</i>	14
4. INFORME SOBRE CADA UMA DAS MESAS DE TRABALHO	15
MELHORA DA QUALIDADE DE VIDA DOS JOVENS	16
MESA 1.....	17
MESA 2.....	20
MESA 3.....	23
PARTICIPAÇÃO JUVENIL	26
MESA 4.....	27
MESA 5.....	30
MESA 6.....	33
DIVERSIDADE E TENDÊNCIAS JUVENIS	36
MESA 7.....	37
MESA 8.....	39
MESA 9.....	42
5. PROGRAMA DO SEMINÁRIO	45



Desde sua formação em 1991, a Conferência Ibero-Americana prestou especial atenção à juventude da região. Assim, várias Cúpulas Ibero-Americanas de Chefes de Estado e de Governo fizeram menção em sua declaração a acordos e iniciativas a favor da juventude.

A fundação da OIJ em 1996 e o trabalho desenvolvido por esta organização, a criação de Organismos de Juventude em todos os países da região e a entrada em vigor da Convenção Ibero-Americana de Direitos dos Jovens, constituem marcos significativos deste processo.

Dada a relevância do tema, a XVII Cúpula Ibero-Americana celebrada em Santiago do Chile em novembro de 2007 acordou declarar 2008 como o “Ano Ibero-Americano da Juventude” e, à proposta de El Salvador, ter como eixo central da XVIII Cúpula Ibero-Americana o tema “Juventude e Desenvolvimento”. Ambas decisões se contemplam em um Comunicado Especial da XVII Cúpula de Santiago.

Como etapa preparatória da XVIII Cúpula, o Governo de El Salvador, a SEGIB e a OIJ, com o apoio da AECID espanhola, organizaram o Seminário sobre “Juventude e Desenvolvimento” que teve lugar em San Salvador nos dias 1 e 2 de Abril de 2008.

Previamente ao seminário entregaram-se dois documentos base, um produzido pela OIJ e a SEGIB, com a contribuição da CEPAL, UNFPA e FLACSO e outro preparado pelo conjunto de agências das Nações Unidas radicadas em El Salvador e supervisionado também pela CEPAL. Ambos podem ser encontrados na página Internet da SEGIB: <http://www.segib.org/noticias.php?id=433&idioma=esp>.

Participaram no seminário 250 pessoas, representantes de Governos e de Organismos Internacionais, especialistas das diferentes agências do Sistema das Nações Unidas, acadêmicos e membros de associações e movimentos juvenis. Cabe destacar a presença da maioria dos ministros e autoridades de juventude dos países Ibero-Americanos.

A cerimônia de inauguração foi presidida pela Ministra das Relações Exteriores de El Salvador, Marisol Argueta de Barillas e pelo Secretário-Geral Ibero-Americano, Enrique V. Iglesias.

Após a inauguração, o seminário desenvolveu-se através de 9 mesas de trabalho nas quais, após breves apresentações dos conferencistas, todos os assistentes puderam oferecer seus pontos de vista e propostas sobre os temas abordados. No ponto 5 recolhe-se o programa completo do seminário.

Na última sessão apresentaram-se as conclusões preliminares sobre as mesas de trabalho anteriores, para passar finalmente à cerimônia de encerramento que foi presidida pelo Vice-Ministro das Relações Exteriores de El Salvador, Eduardo Cáliz, e na qual também intervieram a Secretária-Geral Adjunta da SEGIB, Maria Elisa Berenguer, o Secretário-Geral da OIJ, Eugenio Ravinet e o Secretário de Juventude de El Salvador, Carlos Alemán.

Este documento oferece um resumo das principais idéias e propostas que apresentaram-se no seminário. Não reflete nenhum ponto de vista, nem o dos organizadores nem o dos participantes em seu conjunto, já que estes contribuíram desde uma grande diversidade de perspectivas.

Estas idéias e propostas, junto com os conteúdos incluídos nos documentos preparatórios do seminário, servirão de insumo ao longo do processo que culminará com a XVIII Cúpula de El Salvador. Espera-se realizar outros dois seminários, um na Argentina em julho e outro na Espanha em setembro, nos quais se tratarão em profundidade alguns temas específicos. As Reuniões Ministeriais Setoriais, que terão lugar entre os meses de Abril e Outubro, abordarão também os temas que afetam à juventude em suas respectivas áreas. Com as propostas que emergem dos eventos citados, se preparará uma nova versão deste documento que concentrará a análise e as propostas a serem apresentadas, para a consideração dos países na XVIII Cúpula Ibero-Americana.



- 2.1. Ao longo do seminário destacou-se a importância do tema “Juventude e Desenvolvimento” escolhido como eixo central da XVIII Cúpula Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo. Neste “Ano Ibero-Americano da Juventude” abordamos a situação de 150 milhões de jovens, caracterizados por sua energia, ilusão e criatividade e também por sua falta de certezas e frustrações.
- 2.2. Devemos levantar os temas que correspondam à juventude partindo de sua heterogeneidade já que há muitas juventudes na Ibero-América, umas visíveis e outras silenciosas, que têm situações e desafios diferentes. Os valores da juventude atual também são diversos e forjam-se em meio de famílias mais desestruturadas, escolas de baixa qualidade, o peso dos meios de comunicação e a emergência da Internet. Ao mesmo tempo, destacou-se a força entre os jovens de valores de solidariedade, generosidade e preocupação pela natureza e os direitos humanos. Neste contexto é preciso enfrentar as imagens sobre a juventude: simples, estereotipadas ou negativas, que lançam-se freqüentemente desde os meios de comunicação.
- 2.3. O conceito de direitos dos jovens foi um grande avanço já que aponta à equidade e à igualdade. Ao reconhecer-se como sujeitos de direitos fizeram-se mais iguais. Destacou-se neste âmbito a entrada em vigor da Convenção Ibero-Americana de Direitos dos Jovens que defende tanto os direitos civis e políticos como os direitos econômicos, sociais e culturais. Cabe ressaltar também a existência de leis de juventude em alguns países, a de Organismos de Juventude em todos, o trabalho da OIJ e a emergência de políticas públicas neste campo, apesar de que ainda são débeis e fragmentadas.
- 2.4. A pobreza e o desemprego diminuíram entre os jovens que hoje têm um maior acesso à educação. Além disso, o bônus demográfico supõe uma janela de oportunidade que deve permitir uma maior inversão de recursos públicos nos jovens. Constata-se no entanto, que necessitam mais anos de educação de qualidade para que tenham acesso a

empregos, os quais são em sua maioria precários. Existem também grandes desigualdades na finalização dos estudos entre os diversos coletivos de jovens. Muitos jovens e adolescentes não têm acesso a um sistema de saúde integral de qualidade, adaptado à sua realidade, que inclua a saúde sexual e reprodutiva e que previna as gravidezes não desejadas.

2.5. Entre os muitos desafios que enfrentam os jovens, os participantes destacaram:

- A persistência de grupos de jovens cujos direitos básicos são vulnerados e que se encontram excluídos: coletivos de jovens afro-descendentes, indígenas, minorias, jovens rurais, migrantes.
- A baixa qualidade da educação e a desconexão entre o sistema educativo e o emprego, sendo este maioritariamente informal e precário.
- O aproveitamento da criatividade e a capacidade transformadora e empreendedora das jovens e dos jovens.
- A situação das jovens e dos jovens vítimas de violência de todo tipo, assim como a daqueles que participam da violência e de outras condutas de risco.
- A debilidade ou inexistência de espaços abertos à participação das jovens e dos jovens que lhes permitam influir nas políticas e decisões que lhes afetam a partir de suas necessidades e reivindicações.

Principais propostas

2.6. A Cooperação Ibero-Americana é nosso patrimônio, fortalece nossa identidade e nos permite abordar ações em comum. É necessário que a Cúpula Ibero-Americana identifique e respalde espaços de colaboração e propostas concretas que enfrentem os desafios expostos pelas jovens e pelos jovens. Propostas que apontem a melhorar sua proteção social e assegurar que sua educação lhes permita ter acesso ao emprego, ao mesmo tempo em que reforçam o exercício das oportunidades e o desenvolvimento de um sentido de pertencer e de confiança em si mesmos, nos demais e no futuro.

2.7. O Plano Ibero-Americano de Cooperação e Integração da Juventude, que está sendo preparado pela OIJ, em conjunto com autoridades governamentais e organizações sociais, é um bom marco orientador das propostas específicas e em geral, para as políticas e a cooperação neste âmbito.

- 2.8. Nos países da região é necessário impulsionar políticas públicas de juventude, estratégicas, transversais e estáveis, assim como fortalecer aos Organismos Nacionais de Juventude para que, mais além de seu tamanho, influam de maneira determinante em todas as atuações que afetam à juventude ibero-americana, orientando-as desde um enfoque de direitos e apontando à sua qualidade.
- 2.9. Estreitamente relacionadas com os desafios já indicados e para sua discussão ao longo deste ano, apontam-se algumas propostas de trabalho que foram destacadas pelos participantes:
- O desenvolvimento de linhas de ação que tenham como objetivo a inclusão de grupos de jovens cujos direitos básicos são vulnerados e que contam com menos proteção e acesso às oportunidades, incluindo aqueles que são vítimas ou participantes da violência.
 - Programas nacionais e subregionais que fomentem o emprego de qualidade para os jovens, apoiando-se na experiência e na atividade dos Organismos especializados nesta matéria.
 - Fomento do empreendimento empresarial e social, baseando-se em experiências positivas já existentes e nas iniciativas dos próprios jovens neste campo. Incluindo dentro do empreendimento social, entre outros, os programas de voluntariado juvenil.
- 2.10. A participação dos jovens deve ser substancial nas políticas e propostas que decida-se impulsionar. Estas devem mostrar-se desde o início, a partir dos interesses, experiências e idéias dos próprios jovens. Também cabe considerar o apoio à abertura de novos espaços de participação política e social dos jovens através de suas associações e organizações, afirmando assim sua contribuição à democracia e seu sentido de pertencer a um projeto comum. A Cúpula Ibero-Americana deveria realizar-se com os jovens, desde suas inquietudes e contando com sua criatividade.



3 . S I T U A Ç Ã O D A J U V E N T U D E N A I B E R O - A M É R I C A . P R I N C I P A I S D E S A F I O S

Nesta parte do documento incluem-se algumas idéias centrais, expressas nos plenários e nas mesas. As conclusões sobre cada uma das mesas, incluídas no seguinte bloco do documento, desenvolvem em maior amplitude a maior parte dos temas.

Aspectos gerais

Os participantes no seminário coincidiram em destacar a relevância do tema “Juventude e Desenvolvimento” já que através do mesmo abordam-se os desafios da terceira parte da população da região. Falamos de jovens que vivem situações muito diversas, ainda que coincidam na etapa vital, plena de dinamismo, mas ao mesmo tempo em meio da complexidade que supõe a transição entre a adolescência e juventude e a maturidade.

Nas diversas intervenções celebrou-se o fato de que este ano a Cúpula Ibero-Americana centrese no tema “Juventude e Desenvolvimento” no âmbito do “Ano Ibero-Americano da Juventude”. São vários os processos e dinâmicas que concretizam-se este ano, ainda que tenham iniciado-se tempos atrás, através do trabalho de Governos, Organismos Internacionais como a OIJ e associações e movimentos juvenis muito dinâmicos na região.

É importante aproveitar este ano para avançar, para dar um grande passo na maturidade e projeção das políticas públicas e das instituições de juventude assim como na aposta de Governos e Organismos por este importante setor da população que deverá plasmar-se em propostas concretas de ação.

Na hora de abordar a situação das jovens e dos jovens é imprescindível não aproximar-se desde um imaginário de pobreza e delinqüência. É preciso destacar também que é impossível falar de uma só juventude, é necessário falar “das juventudes”, já que na Ibero-América convivem coletivos de jovens muito heterogêneos, tanto por sua localização geográfica - rural ou urbana - como por sua situação sócio-econômica ou por seu grau de inclusão na sociedade

através do estudo, do emprego e da participação. É importante levar em consideração não só a situação dos grupos mais visíveis como também daqueles que podem estar mais silenciados, como os jovens afro-descendentes ou indígenas, entre outros.

Cabe destacar finalmente a diversidade de categorias de idade adotadas por países e Organismos para considerar a etapa juvenil, o que dificulta a harmonização de aproximações e políticas no nível regional. Em ocasiões estas categorias surgem de idades tão precoces como os 10 anos, o que acarreta o risco de provocar solapamentos com as políticas de infância e de infantilizar as políticas de juventude. Requer-se portanto, uma abordagem cuidadosa e específica em relação à categoria de idades, por exemplo em matéria de violência juvenil e conflito com a lei.

Em todos os casos, e também com vistas à Cúpula Ibero-Americana, é necessário remarcar que as políticas não devem ser só para as jovens e os jovens, como também devem estar a favor das jovens e dos jovens, que são sujeitos das mesmas, e que devem construir-se com sua participação e desde suas necessidades e propostas. Os participantes apontaram a uma Cúpula Ibero-Americana que esteja também com as jovens e com os jovens.

Direitos e oportunidades

Ao longo dos últimos anos a região cresceu, a pobreza reduziu-se e o emprego aumentou. Estas tendências deram-se também entre as jovens e os jovens, ainda que de maneira menos acentuada. Cabe destacar em qualquer caso que a pobreza juvenil reduziu-se de 44% em 1990 a 38% em 2005.

Neste contexto é muito importante aproveitar o bônus demográfico. O número de jovens está descendendo de maneira relativa na região, e inclusive em valor absoluto na Espanha, Cuba e Portugal. Isso supõe que a demanda de serviços é menor e que existe uma melhor relação ativos/passivos. No entanto a região não está aproveitando ainda esta situação. Algo que pode-se comprovar observando que a afiliação aos sistemas de segurança social é muito baixo, em geral e particularmente entre os jovens e as jovens, que têm uma taxa de afiliação menor que a dos maiores de 30 anos.

Insistiu-se em que persiste na região um modelo de crescimento que leva a sérios problemas na distribuição de ingressos econômicos e dos ativos, o que conduz à reprodução intergeracional da pobreza e da exclusão. Há ainda escassas oportunidades para que jovens de famílias pobres rompam o círculo da exclusão e a criação de emprego para os jovens é ainda insuficiente.

Educação e saúde

Com relação ao direito à educação os participantes destacaram o fato de que a juventude, em média, tem mais anos de escolaridade que os adultos e no entanto, têm menos acesso ao emprego. Aumentou notavelmente o acesso à educação primária e secundária mas o problema é que a qualidade da educação desvaloriza-se à medida que passam mais anos na escola. Agora necessitam-se uns 12 anos em média para ter acesso ao emprego, o que supõe ao menos completar a educação secundária.

Neste âmbito, a análise dos indicadores mostra grandes diferenças entre jovens rurais e urbanos (o 23% completou enquanto que 56% de urbanos), indígenas e não indígenas (35% frente a 50%), a primeira e a quinta parte (20% respeito ao 78%) ou jovens cujos pais não completaram a primária comparados com aqueles cujos pais são universitários (31% frente ao 91%).

Este deficit na qualidade educativa tem uma influência determinante no emprego, que é o outro grande mecanismo de inclusão social. Assim, ainda que o desemprego juvenil tenha diminuído, ainda alcança ao 19.9% da população ativa de 15 a 24 anos, quase o triplo em porcentagem que o desemprego em adultos. Boa parte dos empregos são também precários e de baixa qualidade. Pode-se concluir portanto que o trabalho está ainda longe do alcance dos jovens, especialmente daqueles que partem de uma situação de pobreza e exclusão, ainda que muitos dos que conseguem estudar também não encontram trabalho ao finalizar seus estudos.

Cabe destacar finalmente a existência de um número muito elevado de jovens que não estudam e nem trabalham (o 18% daqueles entre 15 e 19 anos) e que portanto, em uma situação de exclusão e falta de sentido de pertencer, têm um maior risco de participar em condutas de risco e violência.

Enquanto ao direito à saúde os participantes indicaram que a mortalidade juvenil se produz principalmente por causas externas, sendo os acidentes e homicídios as principais delas. A persistência das gravidezes não desejadas entre a juventude, a relevância da saúde sexual e reprodutiva e o trabalho sobre doenças e condutas de risco, como a AIDS, a toxicodependência, o tabagismo ou o alcoolismo, foram aspectos também ressaltados nas diversas intervenções.

Valores e participação

Produto da heterogeneidade já mencionada, os jovens da região têm uma grande diversidade de valores que é difícil caracterizar de maneira simples. Ainda assim, os participantes ressaltaram o fato de que a tradicional formação de valores através da família, da escola e do bairro,

convive hoje em dia com uma maior desarticulação nas famílias, em uma escola de baixa qualidade e na emergência de novas fontes, como Internet e dos meios de comunicação, que contribuem à conformação dos valores juvenis. O desmembramento familiar resultado do incremento das migrações é um fator específico que afeta a muitos jovens.

A globalização e a conectividade geram novas expectativas ao mesmo tempo em que provocam frustrações devido ao deficit de direitos e oportunidades. A maior conectividade e acesso às tecnologias, por outro lado desigual entre grupos de jovens, não tem caminhado com um maior acesso ao poder e à participação. E a expectativa de uma autonomia vital precoce e maior, choca com as limitadas possibilidades de autonomia material.

Esta situação convive com a força de valores de generosidade e solidariedade, de preocupação pela natureza e dos direitos humanos. A emergência do voluntariado, de novas formas de participação e de uma criatividade viva, em novos espaços como Internet e fora deles, constituem aspectos positivos que é preciso apoiar e ressaltar.

Jovens em risco

Os participantes abundaram também na situação dos jovens que participam de condutas violentas e de risco e que constroem suas identidades desde perspectivas de conflito, através do consumo de drogas e da violência para fazer-se respeitar.

Em boa parte dos casos destes jovens, as famílias já não são o primeiro espaço de proteção e socialização como também não o é a escola, já que há jovens que não conseguem adaptar-se aos sistemas educativos, assim como os centros escolares também não adaptam-se aos adolescentes mais conflituosos. Nestes casos o sistema educativo acaba sendo estigmatizador e expulsor. De tudo isso se infere a necessidade de fortalecer o tecido social e a capacidade de intervenção do Estado.

Ao abordar as respostas, houve acordo em ressaltar que a via repressiva não é eficaz e que as políticas de “tolerância zero” falharam. É preciso conseguir desarticular os grupos violentos ao mesmo tempo em que impulsionam-se políticas de prevenção e reinserção. Melhorar os sistemas judiciais e fortalecer a formação da polícia para que participe destes enfoques de prevenção e reinserção, consideram-se aspectos chave.

Alguns participantes indicaram que a região estava retrocedendo no âmbito do tratamento das infrações e problemas com a justiça, acudindo cada vez mais à privação da liberdade, dentro do âmbito de uma pressão notável para a redução da idade penal.

Por outro lado, é necessário proteger as jovens e os jovens da violência de todo tipo, de gênero, pelas armas leves.... já que são muito mais vítimas que agressores.

Instituições e políticas públicas

Os participantes valoraram positivamente os avanços dos últimos anos nesta matéria e que vão da criação de instituições de juventude em todos os países Ibero-Americanos à ratificação da Convenção Ibero-Americana dos Direitos dos Jovens, impulsionada pela OIJ e hoje em vigor. Esta Convenção, além de ser o instrumento jurídico nesta matéria na região, afiança a aproximação aos jovens desde uma perspectiva de direitos.

Enquanto às políticas de juventude, o desafio está na qualidade. Existe mais emprego; porém é insuficiente e de baixa qualidade, existe mais acesso à educação; mas esta não facilita o emprego digno, e assim ocorre também em outros setores.

É necessário também que as políticas de juventude sejam integrais e transversais ao resto das atuações em política pública dos Governos. Não aspira-se ter grandes Ministérios de Juventude mas sim ministros de juventude no sentido de que tenham peso na hora de influir em outras políticas que afetam aos jovens.

Neste sentido, destacou-se que, apesar de que existam em todos os países, os Organismos Nacionais de Juventude estão em geral pouco dotados de recursos humanos e econômicos e de peso no interior dos Governos.

Ao abordar as políticas públicas, vários participantes ressaltaram que as jovens e os jovens não são só o objeto das políticas como também seu sujeito. É preciso construir as políticas públicas que afetam à juventude ibero-americana contando com a participação dos próprios jovens em seu desenho e implementação.

Estas políticas de juventude devem ser estáveis e estratégicas, com mínimos pactuados que mantenham-se entre Governos. Ainda que abordem temas como os de ócio e esporte, não são estes os únicos assuntos, nem talvez os mais relevantes. Aspectos como a inovação, o empreendimento juvenil, a formação de capital humano ou as políticas de igualdade são também da maior importância. Trata-se, definitivamente, que constituam-se como políticas de Estado alheias aos vai-vens eleitorais.

O que não deveria ocorrer é que pretenda-se dar respostas simples a problemas complexos esperando soluções imediatas. Necessitam-se apostas mais profundas, sustentadas e de maior consistência.



**4. INFORME SOBRE CADA UMA DAS
MESAS DE TRABALHO**



“MELHORA DA QUALIDADE DE VIDA DOS JOVENS”





Situação geral

- É indispensável entender a educação como um eixo central no processo de desenvolvimento humano assim como no âmbito pessoal, no produtivo e no social. Por exemplo, os indicadores mostram que existe uma proporcionalidade muito clara entre a culminação da educação secundária e a redução nas taxas de gravidez em adolescentes, de DST e AIDS, e a boa saúde física e mental.
- Um sistema educativo integral deve ter indicadores de qualidade e monitorá-los. Contemplar os princípios de equidade intergeracional, contar com uma perspectiva de gênero, com a participação e incidência dos jovens na toma de decisões, com um forte apoio de um componente fortalecido de educação não formal e construir-se a partir da diversidade de valores e culturas de nossa região.
- A educação e o fomento da cultura são temas cruciais para o desenvolvimento integral da juventude na Ibero-América. E algumas cifras apresentam um panorama esperançoso já que o 88.1% da população entre os 15 e os 19 anos alcançaram a educação primária, o que reflete uma tendência à sua universalização. Resta ainda o desafio da qualidade dessa educação e o de culminar com uma educação secundária com qualidade e pertinência.
- É necessário destacar também que unicamente 71% dos jovens na região completaram a educação secundária. Além disso, dado seu ponto de saída, a população com menores recursos econômicos foi a principal beneficiada destes avanços. No entanto ainda apresentam altos índices de atraso e abandono escolar nestes grupos, diante do qual não deve-se ignorar os altos índices de gravidezes na adolescência. Existe na região países em que

dos 100% de estudantes que entram na educação primária, unicamente o 40% finalizam a educação secundária.

- Em seu conjunto, a baixa qualidade da educação relaciona-se com a pouca pertinência da oferta educativa com a demanda laboral.

Idéias e propostas

1. Solicitar aos Chefes de Estado na próxima Cúpula Ibero-Americana, que priorizem o tema da qualidade da educação com especial ênfase nos jovens excluídos e em risco, levando em consideração as brechas e desigualdades neste campo.
2. É preciso aspirar a uma reforma educativa que enfrente os desafios de qualidade e as brechas, acolha a diversidade cultural e promova os vínculos entre a educação formal e não formal. Seu resultado deveria ser uma política educativa estável ao mesmo tempo que não esteja sujeita à cojuntura e às mudanças permanentes nos governos.
3. Deve promover-se a autonomia na toma de decisões e a participação ativa das co-munidades educativas e da população joven que se deve empoderar neste processo.
4. É preciso fortalecer os processos de rendição de contas com respeito à qualidade da educação, capacitando aos funcionários e às comunidades. Para isso devem criar-se indicadores com os quais medir a gestão e os resultados dos sistemas educativos e dos centros, assim como monitorar-lhes permanentemente.
5. Neste contexto, se deve apoiar a educação não formal, através de sua inclusão nas políticas estatais, permitindo, facilitando e apoiando a execução de seus programas às associações e entidades dedicadas a este tema.
6. Através dos programas de educação formal e não formal deve promover-se a cultura de empreendimento nos jovens, como uma maneira de encontrar novas formas de enfrentar sua realidade social e melhorar assim sua qualidade de vida.
7. É necessário formular planos e políticas nos Estados que vinculem educação e emprego e que contemplem as tecnologias informáticas e de comunicação (TIC), replicando-as nos âmbitos mais locais de ação.

8. Dentro e fora das escolas se devem implementar programas de educação sexual, pertinente à condição dos e das adolescentes e jovens, priorizando aqueles que estão em maior risco social.
9. Finalmente, é importante promover a acolhida e o bom ambiente saudável e harmonioso nos centros educativos já que a gente jovem que tem uma boa relação com adultos e em suas instituições educativas têm menos probabilidades de participar em práticas de risco e violentas.



Situação geral

- A Região, que dentro de 7 anos deve cumprir os ODM, conta com uma agenda de Saúde para as Américas 2007–2017. Dentro desta agenda é preciso ressaltar que a saúde dos adolescentes é um direito e que os países têm o compromisso ético e legal de fazer cumprir os compromissos internacionais.
- Existe uma dificuldade recorrente na definição da saúde de adolescentes e jovens o que tem um impacto notável na formulação de políticas públicas neste campo. Cabe mencionar que, ainda que quase todos os países tenham serviços de saúde para adolescentes, somente 7 têm um sistema de monitoramento e avaliação de políticas públicas de saúde para esta população.
- Como as principais causas externas de mortalidade entre os jovens, identificam-se as seguintes:
 1. Homicídio
 2. Conflitos armados
 3. Acidentes de tráfico.
 4. HIV/AIDS
- Na mesa surgiram alguns aspectos chave na hora de analisar a situação de saúde nos jovens. Entre eles o aborto inseguro que ocorre em uma porcentagem maior entre as jovens, a violência sexual e de gênero e os novos problemas associados à segurança alimentícia como a obesidade e a diabete.
- Entre os desafios que ainda permanecem por abordar destacam especialmente a equidade e o acesso aos serviços de saúde de jovens afro-descendentes e indígenas.

- Os programas de saúde sexual e reprodutiva são ainda débeis e devem potencializar-se, incluindo a difusão de métodos anticonceptivos, o empoderamento de mulheres adolescentes e o trabalho com adolescentes homens neste campo. Existe a evidência em nossa região de que os programas de abstinência não estão funcionando e portanto deveriam deixar de aplicar-se dado que têm efeitos negativos.
- Cabe destacar finalmente que existe uma nova estratégia de atenção integral de adolescentes e que inclui aspectos como a nutrição, a prevenção da violência, a proteção social e o impulso a escolas promotoras da saúde. É uma agenda que aposta por diminuir os programas verticais.
- Quanto às gravidezes adolescentes é preciso ressaltar que em vários países até o 30 % das adolescentes da quinta parte inferior de ingressos têm filhos antes de cumprir 14 anos, e que incrementou-se a mortalidade devido à gravidez na adolescência.
Os fatores que influem neste fato são:
 - A pobreza: às vezes trata-se de gravidezes desejadas já que as jovens a vêem como uma meta na vida: ser mãe.
 - Abandono escolar e dificuldade para a inserção laboral, fatores ambos que conduzem a reforçar o papel da maternidade.
 - Relações de gênero: quando as crianças tornam-se adolescentes é o tempo em que as relações de gênero reforçam-se: os homens tomam decisões e são agressivos, as mulheres não tomam decisões. Isto conduz ao aumento da violência e do abuso sexual, dada a dificuldade para negociar e para negar ao homem as relações sexuais.

Idéias e propostas

1. É imprescindível atuar precocemente (8-17 anos) para desenvolver programas preventivos em todos os campos da saúde, programas que de fato somente um 30% dos serviços de saúde realizam.
2. Entre outras ações, os programas de atenção à saúde devem incluir a saúde oral, as vacinas de herpes e do vírus do papiloma em mulheres adolescentes e o teste de saliva oral para detectar HIV/AIDS.

3. Deve-se dar um novo impulso à saúde sexual e reprodutiva, fazendo-a efetiva e acessível a toda a população. É necessário incluir a educação sexual nas escolas, envolvendo-as na informação sobre o uso de métodos anticonceptivos e fazendo com que os adolescentes sintam-se estimados e seguros na hora de ter acesso a esta informação.
4. Para enfrentar as gravidezes não desejadas, é importante também empoderar às adolescentes para que possam decidir sobre sua vida sexual e sua maternidade.
5. Os meios de comunicação social podem ter um papel relevante na hora de fazer chegar as mensagens de prevenção. Entretanto é necessário que não dominem o discurso na hora de projetar imagens negativas ou idéias pré-concebidas como aquela associada à juventude como uma etapa cuja saúde não necessita atenção
6. Em termos de políticas públicas, se requer fortalecer os sistemas de saúde, consolidando os alcances e êxitos já conseguidos e avançando para novas estratégias integrais que abordem também o deficit de cobertura e acesso, especialmente de grupos de jovens excluídos. Nas políticas de saúde devem incluir a prevenção e o fomento de práticas saudáveis que enriqueçam a saúde dos jovens.
7. Alcançar políticas públicas mais sólidas e ambiciosas em saúde juvenil passa por fortalecer o papel do Estado, a formação dos recursos humanos neste campo e a incorporação das especificidades e pontos de vista das jovens e dos jovens, através de sua participação na formulação destas políticas. É imprescindível incrementar a inversão nestas políticas abandonando enfoques economicistas e restritos que valorizam a economia por cima do direito à saúde.
8. Os serviços de saúde e farmacêuticos devem ser amigáveis com os jovens e próximos no físico e no psicológico. É necessário que instalem-se centros de saúde de qualidade em zonas rurais e urbano-marginais, como forma de assegurar o acesso dos jovens excluídos.
9. Deve-se fomentar a coordenação intersetorial das instituições implicadas no desenvolvimento da saúde assim como da cooperação internacional neste campo.



Situação geral

- Os participantes coincidiram em que o emprego é a principal preocupação dos jovens na Ibero-América. Os estudos e pesquisas mais recentes relacionadas com a população juvenil assim o confirmam. É necessário ter presente que, quando os jovens manifestam esta preocupação referem-se a um emprego digno que suponha uma oportunidade de independência e liberdade.
- O mapa trabalhista dos jovens na América Latina e no Caribe indica que existem 17 milhões de jovens com empregos não precários, 31 milhões com empregos precários, 10 milhões de desempregados e 22 milhões que não trabalham e que não estão buscando emprego (inativos). O desemprego juvenil, quase o triplo do existente na população adulta, repercute na pobreza e na exclusão dos jovens, deteriora o clima de convivência e contribui à instabilidade e a debilitar a democracia.
- As mulheres jovens são as que contam com empregos mais instáveis, menos seguros e são as mais discriminadas no mercado de trabalho. 11% de mulheres jovens da região estão no emprego doméstico.
- O fenômeno migratório está associado à busca de emprego da população jovem. A busca de emprego digno é uma das razões pela qual a população jovem emigra, o qual tem um impacto notável na vida social, econômica e cultural, tanto dos países de origem como de destino.
- Não existe uma cultura do pequeno empresário na região latino-americana. A região deve reinventar o conceito da pequena empresa como motor da geração de emprego; para isso a educação deve penetrar na geração de processos produtivos, estimulando a população jovem através de programas educativos nos âmbitos formal e não formal.

- A educação, bem conectada com as necessidades do mercado laboral, é a chave para romper as barreiras da marginalidade e da exclusão social dos jovens e acabar com a transmissão intergeracional da pobreza.
- Uma alta porcentagem dos jovens estão excluídos da educação e, como consequência, da possibilidade de contar com um emprego digno. Uma das consequências mais graves desta situação é que as e os jovens se encontram em maior risco de exposição à violência, como agressores e vítimas.
- O tratamento do fenômeno da violência, associado à carência de emprego e oportunidades de educação e emprego digno, tem repercussões importantes na política pública, especialmente na econômica. Se deseja-se eliminar a violência, devem-se promover programas inovadores dirigidos à promoção de emprego.
- Existe uma relação estreita entre a gravidez adolescente e o nível educativo das jovens e como consequência, na incapacidade destas jovens de incorporar-se ao mercado laboral, assim como de continuar perpetuando o círculo da pobreza.

Idéias e propostas

1. O emprego deve ser abordado como um direito humano da população jovem. É necessário estabelecer pactos intergeracionais que garantam este direito. Toda política de geração de emprego deveria estabelecer o vínculo entre emprego e direitos humanos da população jovem.
2. É necessário fortalecer e garantir a implementação dos marcos jurídicos nacionais em matéria de emprego, especialmente daquelas normas que garantam sua geração e a não discriminação no acesso ao mercado laboral.
3. Também devem-se definir mecanismos para evitar que as jovens e os jovens trabalhadores sejam considerados como mão de obra precária e barata e que portanto recebam menor remuneração pelo trabalho igualmente realizado pela população adulta.
4. Nesta linha se propôs estabelecer pactos políticos que permitam abordar o desemprego e a precariedade do emprego, através da articulação de ações entre os setores estratégicos nacionais. Estes pactos devem apoiar uma aposta consensual e integral frente à problemática do emprego juvenil, como um primeiro degrau para o desenho e implementação das políticas públicas.

5. É essencial que existam políticas públicas, participativas em sua formulação e implementação, que procurem de forma deliberada a geração de emprego decente para a população jovem e que contemplem os seguintes aspectos:
- Uma visão de longo prazo.
 - Que contribuam a identificar de forma permanente o potencial laboral das jovens e dos jovens e a mostrá-lo aos potenciais empregadores.
 - Que incorporem aos jovens rurais, afro-descendentes e indígenas, nos programas de geração de emprego.
 - Impulsionar ações coordenadas para o desenvolvimento empresarial que impliquem os jovens.
 - Apoiar novas formas empresariais que estão demonstrando resultados positivos como as empresas solidárias e outras iniciativas inovadoras que os mesmos jovens estão promovendo. A promoção da cultura empresarial deve levar em consideração a diversidade de formas empresariais e de propriedade nas que participam os jovens.
6. As políticas educativas devem responder às necessidades sociais e econômicas nacionais. Existe uma desarticulação entre a oferta educativa e o tipo de destrezas que o mercado demanda; esta articulação é um dos grandes desafios atuais para as políticas de emprego. Programas de primeiro emprego ou de emprego jovem são uma fórmula que têm demonstrado ter um impacto positivo. Não são programas custosos.
7. A educação para o emprego é uma das maiores inversões que realizam os pobres na América Latina. Muitos jovens de escassos recursos invertem e na maioria dos casos, desperdiçam seus poucos recursos em capacitação informal privada, principalmente em temas relacionados com idiomas e tecnologias. Esta formação muitas vezes é fraudulenta, não responde às necessidades do mercado e é deficiente e de má qualidade. Os Governos devem regular melhor esta situação que empobrece ainda mais aos pobres.
8. É necessário desenhar um sistema de saúde e segurança social específico para os jovens que trabalham de forma independente. Existem estimações financeiras da OIT que assinalam que isto poderia significar uma inversão de 3 e 4 dólares mensais por jovem.
9. Deveria promover-se legislação e políticas dirigidas a proteger os direitos e a dignidade social e humana das mulheres jovens que se encontrem no emprego doméstico.
10. As organizações sindicais e de empregadores deveriam contar com maior participação das jovens e dos jovens.



PARTICIPAÇÃO JUVENIL





Situação geral

- A modo de introdução da mesa, os conferencistas de El Salvador explicaram o Plano Nacional de Educação 20-21 que constitui a iniciativa do governo neste campo. Seus objetivos referem-se à formação integral das pessoas, assegurar 11 graus de escolaridade, prover educação técnica e tecnológica e, finalmente, propiciar o desenvolvimento da ciência e da tecnologia.
- O Plano conta com quatro linhas estratégicas referidas ao acesso à educação com critérios de equidade, a efetividade da educação básica e média e a competitividade e boas práticas de gestão. De todas elas, a competitividade apresentou-se como uma linha chave do plano já que deve permitir a inserção positiva do país em um mundo globalizado.
- As ações que integram o Plano e que favorecem o desenvolvimento da ciência e tecnologia referem-se a:
 - Participação do país em provas internacionais TIMSS (Trends in International Mathematics and Science Study).
 - Desenvolvimento de Laboratórios de Ciência em escolas públicas.
 - Criação do Fundo de Investigação para Educação Superior (2006).
 - Programa “Conecta-se”.
 - Projetos Inovadores Concursáveis utilizando recursos tecnológicos.
 - Grau Digital: Certificação Digital para todos.

Idéias e propostas

1. Reiteraram-se algumas das metas propostas no marco do cenário regional (Plano de Ação LAC 2010), entre elas:
 - Conectar a Internet (preferivelmente por banda larga) o 70% das instituições de ensino público, ou triplicar o número atual.
 - Assegurar que o 90% dos estudantes, ao terminar seu ciclo escolar, tenham utilizado computadores para fins educativos.
 - Capacitar 70% do professorado e dos funcionários públicos no uso e aplicação das TIC.
 - Cobrir 70% da população das áreas urbanas, e 60% das áreas rurais com uma rede com fiável.
2. Devem facilitar-se que os jovens possam investigar, oferecendo-lhes novas oportunidades de capacitação e os recursos para implementá-las.
3. Deve-se permitir e promover o acesso às novas tecnologias da informação e a comunicação a toda a população, reduzindo as brechas sócio-econômicas e/o geracionais entre jovens e adultos.
4. Portanto é necessário formar e capacitar as jovens e os jovens, através da educação formal e não formal, no uso de novas tecnologias de forma que possam reagir rapidamente diante de cenários complexos e em constante mudança.
5. Também considera-se necessário educar as jovens e os jovens no manejo responsável do conteúdo da internet, vinculando a família como um ator chave que permita esclarecer os riscos e as oportunidades inerentes ao acesso às novas tecnologias.
6. Impulsionar iniciativas no marco da Cúpula Ibero-Americana que, utilizando as TIC, vinculem os Conselhos Nacionais de Juventude e aos jovens associados, permitindo-lhes o acesso a novas fontes de informação.

7. Promover o uso das TIC's na luta frente à mudança climática, utilizando as novas tecnologias como instrumento de difusão e de estratégia política.
8. Deve promover-se a articulação entre ciência, tecnologia e inovação, como instrumento de desenvolvimento humano.
9. Contemplar as TIC como um saber social que fortalece a relação entre pares, permitindo a mútua aprendizagem e cumprindo um papel de rearticulação e reconfiguração da ação pública. Neste saber social, os jovens jogam um papel de protagonista, porém devem contar com o apoio dos Governos.



Situação geral

- Ao abordar o tema da liderança e o empreendedorismo é preciso distinguir entre institucionalidade e legislação já que a primeira deve unir de forma coesa as demandas da sociedade civil e a segunda concentrar os instrumentos que regulam a relação Estado-Sociedade frente ao desenvolvimento do empreendedorismo e a participação.
- O empreendedorismo alude ao emprego, ao acesso ao micro-crédito, à geração de renda por via da iniciativa individual e coletiva, mas principalmente e mais importante, à concepção de que as jovens e os jovens são sujeitos ativos de direitos.
- Todos os países ibero-americanos têm instituições dedicadas às políticas de juventude, no entanto só um 30% dos países da região conta com leis de juventude, o que implica, em alguns casos, na ausência de garantias para a participação juvenil e o empreendedorismo.
- As diferenças de idade condicionam também a aparição de conflitos entre as instituições dedicadas ao desenho e implementação de políticas de juventude, na medida em que existe pouca articulação entre elas. Se produzem portanto solapamentos que, em alguns casos, invisibilizam a um contingente importante dos jovens, principalmente aos de idades compreendidas entre os 15 e 18 anos de idade.
- Renovaram-se o conceito de participação, que passou da concentração e reunião de jovens ao redor de um aspecto concreto (o emprego, a saúde, a educação), à motivação e o estímulo de assuntos que comprometem o desenvolvimento social de seus países (a paz, a justiça, a democracia, etc.).
- Na Região existe uma diversidade de Conselhos da Juventude, entendidos como plataformas associativas de organizações juvenis, que articulam diálogos com o Estado. Os conselhos têm sérios problemas de representatividade e de falta de recursos para sua

sustentabilidade, o que limita sua capacidade de incidência. Existem também exclusões importantes de coletivos não organizados formalmente e também de minorias étnicas, indígenas e sexuais.

- Existem diferenças notáveis entre o empreendimento empresarial e o empreendimento social, no sentido de que o primeiro está orientado à geração de emprego e o segundo a transformar uma realidade que compromete a situação de bem estar de coletivos sociais.
- O empreendimento social implica fortalecer a participação e a institucionalidade envolvendo à gente jovem no diálogo e na formulação de propostas dirigidas às políticas públicas.
- O bônus demográfico supõe uma oportunidade adicional para a participação juvenil, na medida em que favorece as condições para revitalizar as estruturas laborais, amplia a autonomia, desde a ótica das maiores capacidades da juventude, e aumenta o relevo geracional com um maior potencial, já que os jovens de hoje têm um maior acesso à informação e mais educação que a geração que lhes precede.
- É pertinente romper o mito de que os jovens não têm experiência devido a sua idade. É necessário, pelo contrário, assumir que são diferentes e diversos e que por isso têm seus próprios estilos de comportar-se com relação ao contexto que lhes envolve (a escola, a universidade, o bairro, etc.).
- A juventude está imersa em um conflito intergeracional, já que as lógicas de relação com os adultos subvertem-se através de assuntos cotidianos como a forma de entender a família e o matrimônio, o que tem um impacto significativo na formação de lideranças que não sempre são bem compreendidas pelos adultos.
- A educação formal não favorece a liderança e o empreendimento porque limita as possibilidades das jovens e dos jovens estudantes a participar no desenvolvimento dos planos curriculares, na administração dos recursos educativos e na legitimação das autoridades escolares. As jovens e os jovens formam-se em contextos que restringem suas possibilidades de participar em seu próprio desenvolvimento educativo, o que implica uma escassa formação na “cultura da participação”.

Ideas y propuestas

1. É necessário fortalecer o papel do Estado frente à ampliação dos canais de participação juvenil, desde um enfoque de direitos, para permitir aos jovens a construção de seus próprios objetivos e modos de viver. A participação deve estar garantida pelo Estado e pelas instituições que lhes configuram, mas deve ser respeitosa e tolerante com as diferenças ideológicas das diferentes juventudes que formam parte da sociedade.
2. A Cúpula Ibero-Americana significa uma oportunidade em si mesma, mas é pertinente que os Governos e Organismos implicados nela institucionalizem um processo que permita uma maior participação juvenil como condição necessária para o fortalecimento da cidadania e dos sistemas democráticos.
3. É necessário potencializar o enfoque de direitos no processo de formulação de políticas públicas, aumentando a capacidade institucional das associações juvenis nos processos de desenvolvimento local, como princípio geral das transformações de ordem nacional e regional. A Convenção Iberoamericana de Direitos dos Jovens é um instrumento importante para a redução da exclusão social pela via da participação dos coletivos mais vulneráveis nas decisões que têm a ver com seu próprio desenvolvimento.
4. É imprescindível para o desenvolvimento da sociedade, fortalecer a formação de redes sociais juvenis e a configuração de Conselhos da Juventude (Plataformas associativas) para melhorar o diálogo entre o Estado e a sociedade civil como princípio básico dos valores democráticos.
5. O Estado deve compreender as diferentes formas de expressão juvenil na hora de impulsionar a liderança e o empreendimento, já que isso permite a articulação de diferentes setores em um projeto de país. A exclusão sistemática de coletivos é um risco permanente para a democracia.
6. Os programas educativos devem incorporar conteúdos que estimulem a liderança e o empreendimento, através da renovação dos planos curriculares.



Situação geral

- Existem compromissos internacionais, assumidos pelos Governos, que clamam a promover a participação da sociedade civil nos assuntos públicos, especialmente na formulação e implementação de políticas públicas.
- A participação é um direito e um mecanismo necessário para que as jovens e os jovens sejam atores estratégicos nos processos de desenvolvimento. Sua participação é fundamental para melhorar a qualidade da democracia.
- O associacionismo alude às diversas formas de expressão das jovens e dos jovens. Ao abordá-lo, é preciso levar em consideração elementos como os interesses particulares das jovens e dos jovens, devido à sua condição juvenil, as motivações que os animam a mobilizar-se nas distintas categorias etárias de seu grupo populacional, etc. É importante que o associacionismo não seja confundido com o voluntariado.
- As diversas associações juvenis da região manifestam seu interesse em participar de maneira organizada nos processos de toma de decisões e assuntos de interesse público, e demonstraram sua capacidade como interlocutores na hora de apresentar propostas segundo suas necessidades.
- Existe uma mudança de paradigma no modelo de participação juvenil: já não é a participação política o principal motivo que move a participação juvenil. O novo modelo contempla um conjunto de conteúdos, espaços e formas renovadas nos quais os interesses vão mais além da participação política. Sua lógica de intervenção é diferente, já que aspira-se a executar ações que tenham resultados concretos e imediatos. O modo de organizar-se em geral é mais flexível e aberto.

- A baixa participação da juventude na política responde em parte à decepção dos jovens por como funciona a política; um problema de desmotivação e desinformação sobre onde estão as organizações e o que fazem; bem como uma incompatibilidade de tempos entre as atividades das organizações e a vida própria.
- O voluntariado é uma forma preferencial para os e as jovens na hora de canalizar sua participação, sua energia e seu vigor. Lhes oferece sentido de reconhecimento, capacidade de sentir-se úteis, reivindicação da denúncia, etc. O voluntariado deve ser visto como um ponto de entrada para a inclusão cidadã e uma contribuição à coesão social.
- Existe um novo tipo de voluntariado comprometido com a mudança social, um voluntariado transformador e participativo, dirigido a gerar políticas públicas com enfoque de direitos.
- As iniciativas de voluntariado permitem também que os e as jovens participem nas políticas que têm a ver com eles mesmos, como a prevenção da violência, saúde, educação, etc.
- Tanto o associacionismo como o voluntariado juvenil clamam à criatividade das instituições públicas. Esta criatividade se verá materializada na medida em que definam-se e implementem-se novas formas de participação cidadã.

Idéias e propostas

1. É necessário reconhecer política e publicamente que os jovens participam e que o fazem em formas tradicionais e não tradicionais, sendo mais numerosas estas novas formas de participação que têm conteúdos, sentidos e desafios distintos àqueles de gerações precedentes.
2. Devem-se institucionalizar os canais e mecanismos de participação através do voluntariado juvenil, principalmente através da criação de Programas Nacionais de Voluntariado Juvenil. Estes programas devem ser flexíveis, de maneira que os e as jovens tenham a capacidade de escolher onde e como participar segundo seus interesses e capacidades.
3. É necessário incluir nas políticas de juventude o conceito de voluntariado como instrumento para o desenvolvimento, reconhecendo assim seu vínculo direto com a inclusão social e política dos e das jovens.
4. Devem desenvolver-se maiores incentivos para que os e as jovens vejam no voluntariado uma oportunidade para formar-se e para colocar em prática suas capacidades.

5. Deve apoiar-se o desenvolvimento das plataformas juvenis com fundos públicos e através do reconhecimento jurídico e governamental das associações juvenis como atores públicos legítimos.
6. As instituições devem definir estratégias de sensibilização da opinião pública para que os e as jovens sejam identificados como agentes transformadores e imprescindíveis para o desenvolvimento. É importante o trabalho em nível local para a territorialidade deste tipo de iniciativas.
7. É necessário incluir às juventudes mais vulneráveis e marginalizadas, considerando a incorporação de mulheres e homens jovens por igual.
8. Deveriam promover-se programas educativos dirigidos à juventude para incentivar sua organização e participação em assuntos de interesse público e na vida política. Estes programas devem mostrar às e aos jovens que a participação constitui uma ferramenta essencial para resolver suas demandas e necessidades e àquelas de suas comunidades e nações.



DIVERSIDADE E TENDÊNCIAS JUVENIS





Situação geral

- A migração é um tema presente nas agendas dos Governos Ibero-Americanos; não passa despercebida, devido às suas implicações e aos múltiplos matizes que apresenta. Em geral são as condições dos países desenvolvidos, em contraste com as dos emissores, a principal motivação para que as pessoas emigrem.
- A maior propensão a migrar ocorre entre os 15 e os 29 anos, o que implica que estamos diante de um tema relevante e estreitamente relacionado com a juventude e seu entorno. Assim, por exemplo, um 10 % dos jovens centro-americanos são migrantes.
- A migração é consequência da falta de oportunidades laborais e de desenvolvimento pessoal e profissional. É importante ter presente que boa parte dos que migram, em alguns países são profissionais, por exemplo mais de 50% dos migrantes do Caribe.
- É muito importante abordar a relação entre migração e remessas. Este tema deve abordar-se desde diversas aproximações. Por um lado representa uma porcentagem considerável do PIB de países com altos índices de população migrante. Da mesma maneira, no âmbito pessoal as remessas influem na melhoria das condições de vida das famílias receptoras.

Em termos gerais, deve-se aceitar que a migração é um direito, portanto todas as pessoas, e em especial os jovens, devem ter a opção de migrar ou não, mas também se lhes deve expor os diversos rostos da migração e informar-lhes de que também são sujeitos de direitos que se lhes deve respeitar, levando em consideração ao debater este tema, de que existe a migração voluntária e também a forçada.

Idéias e propostas

1. É preciso aproximar-se às migrações levando em consideração as especificidades de cada país, já que é difícil fazer generalizações.
2. Devem reforçar-se as negociações e os acordos entre os Governos dos países receptores e emissores com relação à proteção dos direitos e as condições de vida dos migrantes. Isto deve afetar especialmente aos jovens indocumentados por meio de convênios que assegurem seus direitos. O tratamento da migração deve incorporar o enfoque de gênero e priorizar o cumprimento dos direitos humanos de todos os migrantes.
3. Os Governos emissores devem apoiar-se nos jovens migrantes para que proporcionem informação com relação às prioridades dos mercados laborais, de forma que possam orientar-se corretamente as inversões em capital humano e facilitar aos jovens as ferramentas que lhes permitam fazer efetivas as oportunidades existentes nos países receptores.
4. Por outro lado, também deve-se informar e sensibilizar aos jovens sobre a realidade da migração em seus países e nos países receptores. É necessário dar-lhes conhecimento sobre os diferentes rostos que têm a migração, uns de esperança e outros de desilusão e frustração.
5. Priorizar o tema da escravidão e tráfico de seres humanos, dado que este flagelo afeta mais à população infantil e juvenil, com maior ênfase nas mulheres jovens. Diferenciar ambos conceitos, escravidão e tráfico, na hora de abordá-los, incrementando a investigação e a luta contra a escravidão e incorporando toda a cadeia envolvida neste delito.
6. Diferenciar o que é a migração voluntária, da migração forçada ou obrigada. Aumentar a inversão em capital humano e implementar um modelo de desenvolvimento social inclusivo que não leve os jovens a migrar e que lhes permita acreditar em seus países e apostar pelos mesmos. Uma política de juventude ambiciosa e sustentável é também uma medida necessária para avançar nesta direção.
7. Impulsionar a participação política das jovens e dos jovens para que sintam-se participes da construção de seus países. Dar-lhes oportunidades para que se expressem, proponham linhas de ação e participem na formulação das políticas dirigidas a eles mesmos.



Situação geral

- Não existe um consenso geral na região com relação aos conceitos de violência e cultura de paz, já que influem construções ideológicas ancoradas em estruturas de valores heterogêneos entre os países e dentro deles. No entanto, poderiam ser expostos alguns critérios gerais no sentido de que a cultura de paz aponta a uma conjunção de valores vinculados com a convivência na que se assumem os conflitos sem o uso da violência para resolvê-los.
- 1986, declarado pela UNESCO como o Ano Internacional da Paz, foi o ponto de inflexão do conceito e da prática da cultura de paz. Os países através de suas sociedades e Governos incorporaram, em maior ou menor medida, o discurso da paz como uma prioridade estratégica para o desenvolvimento. Ainda que continuem existindo percepções sobre que a violência é um método de luta e de reivindicação política e social, pode dizer-se que avançou-se muito desde que a paz converteu-se em uma prioridade das Nações Unidas e da agenda internacional.
- A violência na região tem causas estruturais que incorporam elementos como a religião, a pobreza, a exclusão política e social. Causas que, combinadas ou de forma individual, conduzem ao uso da força por parte dos indivíduos e/ou dos grupos para resolver suas demandas mais urgentes.
- A prevenção da violência implica uma transformação da conduta e da relação entre pares. O Estado, a escola e a família, entre outros, são entornos que têm uma incidência direta na prevenção e no rompimento do ciclo da violência.
- A violência engloba, em muitas ocasiões, a manifestação da vulnerabilidade, já que ao falar de violência não só há que referir-se à agressão física, como também à ausência de oportunidades e de programas sociais que possibilitem o desenvolvimento individual e coletivo dos seres humanos.

- A busca do poder através do domínio do outro, o patriarcado, o militarismo, a marginalização étnica e sexual são as manifestações mais recorrentes da violência na região, que não somente são “patrimônio” das estruturas formais como o Estado, como também são parte do contexto social no qual as jovens e os jovens de hoje vivem sua realidade.
- Na região fracassaram dois modelos históricos de prevenção da violência. O primeiro deles é o repressivo e autoritário que para seu exercício nega os direitos humanos e o segundo é o de garantias flexíveis que aumenta as possibilidades para a impunidade.
- O fenômeno da violência juvenil não é exclusivo dos grupos delinquentes, trata-se de um assunto mais complexo que comporta a impossibilidade dos jovens de desenvolver-se nos contextos nos quais transcorre sua vida, freando as possibilidades que têm para emancipar-se com qualidade e garantias.

Propostas

1. Uma política pública de prevenção de violência e segurança cidadã, proposta desde a ótica da cultura de paz, deve incorporar um enfoque de respeito e exercício dos direitos humanos. Esta política deve incidir nos aspectos preventivos e também promover os valores de não violência na solução dos conflitos e controversas entre indivíduos e grupos.
2. Deve-se construir uma política regional para a inclusão social de caráter integral, que incorpore a participação juvenil, como um instrumento central para a redução da violência que sofrem as jovens e os jovens excluídos do desenvolvimento e dos direitos sociais (saúde, emprego, educação, etc.)
3. É necessário empreender reformas institucionais dentro do Estado para desenvolver uma lógica de promoção da paz dentro das suas estruturas formais. Igualmente, os Governos devem aplicar medidas para que os centros educativos e os espaços de socialização tenham a paz como o eixo transversal das ações que desenvolvam.
4. Os Governos devem aumentar os recursos destinados à construção da paz, mediante a estruturação de programas de convivência e de acesso dos jovens aos serviços sociais. Uma estratégia pode ser a diminuição dos orçamentos militares e o aumento diretamente proporcional dos recursos destinados à política social dirigida à juventude.

5. É necessário que os Governos empreendam reformas judiciais para melhorar as garantias das jovens e dos jovens e de seu desenvolvimento. Igualmente, as reformas devem situar-se também no campo dos centros penitenciários, já que estes podem ser verdadeiros espaços de reabilitação e socialização de uma cultura de paz.
6. A escola e a família são instituições que devem reproduzir a cultura da paz, por isso os Governos, no âmbito da Cúpula Ibero-Americana, devem colocar em marcha estratégias dirigidas a trabalhar nestes contextos para promover a formação de crianças e jovens dentro da cultura da não violência.
7. O esporte também pode e deve ser um instrumento para a pacificação dos espaços mais violentos e vulneráveis. Propõe-se impulsionar um Programa Cúpula que trabalhe neste sentido e que priorize as regiões onde existem atores armados e em conflito permanente com a lei.
8. É necessário trabalhar com os meios de comunicação para que difundam valores vinculados com a paz e a convivência.

**MESA 9****DEPORTE, RECREACIÓN Y TIEMPO LIBRE**

Situación general

- A promoção do esporte, a recreação e o tempo livre têm demonstrado ser uma ferramenta importante para a prevenção da violência juvenil. Um uso construtivo do tempo livre é um componente essencial no desenvolvimento humano das pessoas jovens já que permite a existência de espaços e oportunidades para o exercício de seus direitos em um ambiente de paz.
- Para abordar esta temática, é preciso definir de que tempo livre e de que jovens falamos: os que estudam, os que trabalham, os que fazem as duas atividades ou os que não fazem nenhuma. É necessário estabelecer diferenças entre estas realidades juvenis. Especial atenção merecem as jovens e os jovens que não estudam nem trabalham, que somam cerca de 22 milhões de pessoas de acordo com os dados do ano 2005.
- De acordo com as pesquisas e estudos disponíveis, as principais atividades que realizam os jovens em seu tempo livre são: ver televisão, escutar música, praticar algum esporte, reuniões com amigos ou a leitura.
- Um importante número de jovens não contam com tempo livre porque dedicam seu tempo a múltiplas tarefas como estudo, trabalho doméstico e trabalho extra doméstico e portanto, seu tempo de recreação e descanso não existe. Trata-se de jovens que chegam a ser adultos sem terem tido tempo para realizar atividades próprias da juventude e que são essenciais para seu desenvolvimento.
- Na medida em que os e as jovens apropriam-se dos espaços educativos, fomentam-se sinergias que permitem o retorno dos desertores e geram-se maiores simpatias entre e com os atores implicados no processo educativo. Isto promove que a juventude conte com maiores espaços que lhes permitam combinar a educação e as atividades que desenvolvem em seu tempo livre como a recreação e o esporte, no espaço educativo.

- Realizou-se uma vinculação direta entre a juventude e o esporte o qual marcou majoritariamente as políticas de juventude em suas origens. Ainda que existam avanços, hoje em dia ainda mantêm-se, em alguns casos, uma visão restrita que associa exclusivamente as políticas de juventude com a promoção de atividades esportivas. A experiência assinala que o esporte absorveu em ocasiões as políticas de juventude, sendo estas mais amplas e integrais.
- Atualmente está apostando-se por sociedades que descansem mais e tenham mais espaços de recreação. No entanto, este propósito está longe de alcançar-se em muitos países já que a tendência a um trabalho mais flexível e precário traduz-se em mais horas de trabalho e em empregos por horas e com contrato curtos. Segundo dados da CEPAL, 7 de cada 10 empregos que são criados para a juventude estão no setor informal, não contam com segurança social e não permitem disfrutar da recreação e do esporte.
- Neste cenário é preciso reconhecer que o tempo social esgota-se, já que não existem horários estabelecidos no trabalho e diluem-se os vínculos com a escola. Os tempos utilizados tradicionalmente para atividades de recreação e esporte têm agora outros usos. Isto é especialmente marcado no caso das mulheres que desenvolvem uma dupla ou tripla jornada laboral e que dedicam seu tempo livre às tarefas de casa.
- As tecnologias têm modificado os conceitos de esporte e recreação, grande parte da recreação realiza-se utilizando a tecnologia como os computadores, inclusive os esportes podem praticar-se utilizando estas ferramentas.
- Está demonstrado que o jogo tem um papel educativo e reeducativo, os jovens aprendem que existem regras e que devem respeitá-las, além de contribuir ao fomento de valores positivos e à saúde. Constata-se no entanto que o esporte desvinculou-se de outras atividades como a aprendizagem do trabalho em equipe ou a melhoria do meio ambiente.

Ideas y propuestas

1. As e os jovens têm direito ao tempo livre, à recreação e ao esporte como parte fundamental de sua qualidade de vida e seu desenvolvimento integral. Em um contexto juvenil em mudança é necessário redefinir o conceito de tempo livre.
2. As políticas públicas para o uso do tempo livre devem contribuir a desenvolver habilidades e capacidades para a vida. O jogo e o esporte são ferramentas de aprendizagem que devem ser potencializadas por seu poder educativo e reeducativo, assim como por sua contribuição às boas condições de saúde.

3. Para que uma pessoa jovem vincule-se a atividades positivas de utilização do tempo livre, estas devem construir-se com sua participação e representar desafios que sejam de seu interesse, atrativos e que lhe brindem sentido à sua vida.
4. Portanto, as opções recreativas e de tempo livre devem brindar à juventude opções para satisfazer suas necessidades pessoais, de recreação e aprendizagem, assim como contribuir à construção de suas comunidades e do fortalecimento dos tecidos sociais.
5. O acesso às atividades esportivas deve produzir-se em condições de igualdade de oportunidades. Todos os jovens devem ter a opção de desenvolver suas habilidades esportivas.
6. Os centros de estudo deveriam ser redefinidos e concebidos também como um espaço de recreação que induzam a pensar e aprender.
7. Na hora de formular políticas e realizar inversões esportivas e recreativas, deve ter-se em conta que as zonas rurais têm particularidades e limitações de infraestrutura que obrigam a definir iniciativas de utilização do tempo livre, esporte e recreação, algumas vezes distintas às das zonas urbanas.
8. O outorgamento de bolsas educativas a esportistas destacados é um bom mecanismo de compensação e ajuda àqueles que por causas estruturais e econômicas não podem ter acesso com seus recursos familiares a opções formativas.
9. As iniciativas governamentais e das jovens e dos jovens de utilização do tempo livre deveriam ser compartilhadas entre os países Ibero-Americanos. Para isso é necessário apoiar no mais alto nível os acordos alcançados pelos Ministros de Esporte da Ibero-América incluindo o impulso aos Jogos Ibero-Americanos da Juventude, como mecanismo de encontro e construção da integração e identidade Ibero-Americana.
10. Neste âmbito, recomenda-se aos países e organizações ibero-americanas que reconheçam, desde este ano, à Assembléia-Geral do Conselho Ibero-Americano de Esporte, que reúne às autoridades esportistas da Ibero-América, como um dos eventos formais da Conferência Ibero-Americana.
11. Gerar espaços de desenvolvimento local vinculados aos jovens e suas atividades recreativas, culturais e sociais.



**SEMINÁRIO IBERO-AMERICANO
JUVENTUDE E DESENVOLVIMENTO**

El Salvador, 1-2 de Abril de 2008

PROGRAMA

SEGUNDA-FEIRA 31 DE MARÇO

18.00 às 20.00

Credenciamento de participantes

SEMINÁRIO IBERO-AMERICANO JUVENTUDE E DESENVOLVIMENTO.

Hotel Sheraton – Presidente.

TERÇA-FEIRA 1º DE ABRIL

8:30 às 9:00

Inauguração do Seminário.

Lugar: Salão Presidente 1

Palavras de boas-vindas da Sra. Ministra de Relações Exteriores da República de El Salvador, Embaixadora Marisol Argueta de Barillas. Palavras do Senhor Secretário-Geral Ibero-Americano, Enrique Iglesias.

9:00 às 10:00

I sessão plenária: :

Lugar: Salão Presidente 1

SITUAÇÃO ATUAL DOS JOVENS: PERSPECTIVAS E TENDÊNCIAS

I apresentação:

SITUAÇÃO ATUAL DOS JOVENS

Martin Hopenhayn, *Oficial de Assuntos Sociais da CEPAL, Responsável do tema de Juventude.*

II apresentação:

PERSPECTIVAS E TENDÊNCIAS

Eugenio Ravinet, *Secretário-Geral da OIJ.*

III apresentação:

INCLUSÃO DA JUVENTUDE NAS POLÍTICAS PÚBLICAS PÚBLICAS DA IBERO-AMÉRICA

Marta Maurás, *Enviada especial da UNICEF para a América Latina e o Caribe, Ex-Secretária da CEPAL, Ex-Diretora Regional para a América Latina e o Caribe da UNICEF.*

Moderador: Miguel Hakim, *Secretário para a Cooperação, SEGIB.*

10:00 às 10:15

Recesso

10:20 às 12:30

MELHORA DA QUALIDADE DE VIDA DOS JOVENS

Mesas de trabalho (de forma paralela)

MESA 1:

EDUCAÇÃO E FOMENTO DA CULTURA

Lugar: Salão Presidente 2

Apresentação geral

Eduardo Vélez, *Diretor de Educação para a América Latina, do Banco Mundial.*

Apresentação 1

Ricardo Cardona, *Representante da OEI em El Salvador.*

Apresentação 2

Teresa Rodríguez, *Diretora Subregional de UNIFEM, Socióloga, investigação em políticas públicas, direitos humanos, gênero e violência contra a mulher.*

Moderadora:

Alejandra Delgado, *Diretora de Juventude do Equador.*

MESA 2: SAÚDE INTEGRAL

Salão Presidente 3

Apresentação geral Matilde Madaleno, *Assessora Regional em Saúde do Adolescente, OPS.*

Apresentação 1 Laura Laski, *Assessora Técnica principal sobre Juventude e Desenvolvimento do UNFPA.*

Apresentação 2 Dina Krauskopf, *Diretora do Coletivo Latino-Americano de Jovens da FLACSO, especialista em políticas de juventude da OIJ. Consultora internacional em políticas de adolescência e juventude.*

Moderadora: Norma Carías, *Diretora Técnica do INJ (Instituto Nacional de Juventude), Honduras.*

MESA 3: EMPREGO E FORMAÇÃO DO EMPREGO

Lugar: Salão Presidente 4

Apresentação geral Virgilio Levaggi, *Diretor do Escritório Subregional da OIT para a América Latina e o Caribe.*

Apresentação 1 José María Moratalla, *Diretor-Geral do Polígono Don Bosco de El Salvador.*

Apresentação 2 Carlos Acevedo, *Coordenador Adjunto do Informe de Desenvolvimento Humano PNUD, El Salvador.*

Moderador: Juan Eduardo Faúndez, *Diretor do Instituto Nacional da Juventude, República do Chile.*

12:30 às 14:15**Almoço**

Lugar: Restaurante “Las Cascadas”

14:30 às 15:30

II sessão plenária:

Lugar: Salão Presidente 1

A JUVENTUDE DIANTE DOS DESAFIOS GLOBAIS**I apresentação: MEIO AMBIENTE**

Lleana Villalobos Estrada *Especialista em Políticas e Gestão Ambiental. Centro de Investigação em Geografia e Geomática. “Ing. Jorge L. Tamayo” A.C. México*

II apresentação: DIVERSIDADE CULTURAL

Epsy Campbell, *Membro do Grupo de Parlamentares Afro-Descendentes da Costa Rica.*

III apresentação: GÊNERO

Carmen Moreno, *Diretora do INSTRAW.*

Moderadora: Leire Iglesias, *Diretora-Geral do Instituto da Juventude, Ministério do Trabalho e Assuntos Sociais da Espanha.*

15:30 às 16:00

Recesso

16:00 às 18:00**PARTICIPAÇÃO JUVENIL****Mesas de trabalho (de forma paralela)**

MESA 4: CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Lugar: Salão Presidente 2

- Apresentação geral Carlos Benjamín Orozco, *Vice-Ministro de Tecnologia, Ministério da Educação, El Salvador.*
- Apresentação 1 Eduardo Cáliz, *Vice-Ministro das Relações Exteriores da República de El Salvador, e Secretário Pro-Tempore Ibero-Americano.*
- Apresentação 2 Humberto Abarca, *sociólogo, consultor CEPAL.*
- Moderador:** Jorge Marcelo Maidana, *Vice-Ministro de Juventude, Paraguai.*

MESA 5: LIDERANÇA E EMPREENHIMENTO

Lugar: Salão Presidente 3

- Apresentação geral Alejandro Morlachetti, *Especialista e Assessor Internacional do UNFPA, Catedrático das Universidades de Buenos Aires e La Plata.*
- Apresentação 1 Mario Esteban Ruiz, *Presidente do Conselho de Juventude da Espanha.*
- Apresentação 2 Alejo Ramírez, *Diretor Oficina OIJ Cone Sul.*
- Moderadora:** Helena Alves, *Presidente do Instituto Português de Juventude*

MESA 6: ASSOCIACIONISMO E VOLUNTARIADO JUVENIL

Lugar: Salão Presidente 4

- Apresentação geral Isabel Licha, *Assessora do PNUD/RBLAC, Doutora em Sociologia do Desenvolvimento, Especialista nos temas de participação Cidadã e Instrumentos de Gerência Social.*
- Apresentação 1 Daphne Casey, *Senior Advisor, UNV's North American Office.*
- Apresentação 2 David Urzúa, *Especialista em Políticas Públicas da OIJ.*
- Moderadora:** Evelin Agreda Rodríguez, *Vice-Ministra de Gênero e Assuntos Geracionais, Ministério da Justiça da Bolívia.*

19:00 às 21:00

Coquetel oferecido pela Sra. Ministra das Relações Exteriores da República de El Salvador, Embaixadora Marisol Argueta de Barillas.

Lugar: Museu "Marte"

QUARTA-FEIRA 2 DE ABRIL

8:30 às 10:30

DIVERSIDADE E TENDÊNCIAS JUVENIS**Mesas de trabalho (de forma paralela)****MESA 7: MIGRAÇÃO DA JUVENTUDE**

Lugar: Salão Presidente 2

- Apresentação geral Margarita Escobar, *Vice-Ministra das Relações Exteriores para os Salvadorenhos no Exterior.*
- Apresentação 1 William Pleitez, *Coordenador do Relatório sobre Desenvolvimento Humano do PNUD em El Salvador.*
- Apresentação 2 Berta Fernández, *Oficial a Cargo do Escritório OIM na Nicarágua.*

Moderador:	Luis Acosta, <i>Diretor Instituto Nacional da Juventude, Uruguai.</i>
MESA 8:	CULTURA DE PAZ E PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA JUVENIL
	Lugar: Salão Presidente 3
Presentación general	Juan Faroppa, <i>Especialista internacional em temas de Segurança Cidadã, Direitos Humanos e Direitos da Infância.</i>
Ponencia	Pedro Enrique Valenzuela, <i>Doutor em Investigação em Conflitos e Paz, Colômbia.</i>
Moderadora:	Luz Piedad Herrera, <i>Diretora Programa Presidencial Colômbia Jovem.</i>
MESA 9:	ESPORTE, RECREAÇÃO E TEMPO LIVRE
	Lugar: Salão Presidente 4
Apresentação geral	Teresita Escotto, <i>Especialista em Ciências Sociais da UNESCO.</i>
Apresentação	José Antonio Pérez Islas, <i>Consultor em temas de juventude.</i>
Moderador:	Karina Bolaños, <i>Vice-Ministra de Juventude do Ministério da Cultura, Juventude e Esporte da Costa Rica.</i>
10:30 às 11:00	Recesso
11:00 às 12:00	Sessão Plenária de conclusões Lugar: Salão Presidente 1
I sessão de trabalho	José Manuel Miguel Ruíz, <i>Secretário-Geral Adjunto, OIJ.</i>
II sessão de trabalho	Elizabeth Cubías, <i>Diretora-Geral Adjunta de Desenvolvimento Social Integral, Ministério das Relações Exteriores, El Salvador.</i>
III Sessão de Trabalho	Tiago Soares, <i>Presidente do Conselho Nacional de Juventude (CNJ), Portugal.</i>
Moderadora:	Karen Zelaya, <i>Ministra de Cooperação Técnica Internacional, Honduras.</i>
12:15 às 13:00	Encerramento do Seminário Lugar: Salão Presidente 1
	<ul style="list-style-type: none"> ● Secretária- Adjunta Ibero-Americana, Embaixadora María Elisa Berenguer. ● Secretário-Geral da Organização Ibero-Americana da Juventude, Senhor Eugenio Ravinet. ● Secretário de Juventude da República de El Salvador. Lic. Carlos Alemán. ● Vice-Ministro das Relações Exteriores da República de El Salvador, e Secretário Pro-Tempore Ibero-Americano, Embaixador Eduardo Cáliz.



Secretaría General
Iberoamericana

Secretaria-Geral
Ibero-Americana

Paseo de Recoletos 8. 28001 Madrid
www.segib.org